

HOMEM OU MULHER, QUE PERGUNTA É ESSA?

AO INDAGARMOS “HOMEM OU MULHER, QUE PERGUNTA É ESTA?”, QUEREMOS INSTIGÁ-LA/LO A APROFUNDAR ALGUNS CONCEITOS RELATIVOS À SEXUALIDADE E À ORIENTAÇÃO SEXUAL, ALÉM DE IDENTIFICAR A IMPLICAÇÃO DESTES TEMAS NO DIA-A-DIA DE SUA ESCOLA.

No Módulo Relações de Gênero, refletimos sobre a construção social e cultural do que é feminino e do que é masculino. Defendemos a idéia que as diferenciações e as posições ocupadas na sociedade não são definidas apenas pelo gênero, mas pela combinação do gênero com outras categorias sociais. Neste Módulo abordaremos diferentes situações de preconceito e discriminação vivenciadas por homens e mulheres em função de suas identidades de gênero e de suas orientações sexuais. Faremos isso a partir do cruzamento das categorias de gênero e orientação sexual, de uma reflexão sobre os direitos relativos à sexualidade e de um rápido panorama sobre as mobilizações e a organização do movimento no Brasil de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT).

Neste Módulo abordaremos diferentes situações de preconceito e discriminação vivenciadas por homens e mulheres em função de suas identidades de gênero e de suas orientações sexuais.

Para começar esta Unidade, procure ver o vídeo “Eu amo muito elas”¹ que traz depoimentos e a história do casal Maria Rita Lemos e Fulvia Margotti, e o relacionamento com o filho, a filha e a neta de Maria Rita. Maria Rita abre o vídeo dizendo que as pessoas as vêem mais como pessoas “normais” do que como “lésbicas”, apontando desse modo a relativa aceitação desse relacionamento amoroso entre mulheres no seu círculo íntimo. Mas, ao mesmo tempo, deixa transparecer que, para conseguir essa concordância, elas devem ser mães e tias exemplares e cumprir com todos os seus papéis sociais à perfeição, “como as pessoas normais”. Falas da filha apontam as dificuldades de aprovação do vín

1. Documentário “Eu amo muito elas”, realizado por Cristiane Tellini e Cintia Cristina Meyado Absalonsen. Em: <http://mixbrasil.uol.com.br/tvmix/videos/euamomuitoelas>.WMV. O trecho sugerido vai de 6:55 a 8:55.

Por que nossa sexualidade é tão importante para definir quem somos e como seremos tratados por quem está ao nosso redor?

culo entre as duas. Uma antropóloga e um psicanalista discutem a “normalidade” da relação homossexual dentro da família, levantando dificuldades de aceitação em face das convenções sociais que associam família à heterossexualidade. A busca de felicidade ao lado de quem se ama justifica tanto a união da mãe com uma mulher, quanto a maior aquiescência da relação por parte da filha.

A partir deste breve trecho do vídeo e a título de esquentar os motores para as questões que serão tratadas nesta Unidade, procure refletir:

- Por que algumas manifestações da **sexualidade** são consideradas normais e outras não? Por que a homossexualidade já foi avaliada como doença ou perturbação? Há formas de sexualidade que podem ser consideradas “naturais”? Por quê? Será que escolhemos aquele/a por quem vamos ter desejo, ou isso já faz parte da nossa personalidade? Nossos desejos podem mudar ao longo da vida? Por que nossa sexualidade é tão importante para definir quem somos e como seremos tratados por quem está ao nosso redor? Por que as pessoas que não se comportam de acordo com o que socialmente se espera de homens ou de mulheres são consideradas “anormais”?
- E ainda: Como a sexualidade se relaciona com a constituição de famílias? Como a família nuclear heterossexual transformou-se em modelo ideal de família? Por que algumas manifestações da sexualidade são vistas como legítimas para a constituição de famílias e outras não? O que se diz sobre as famílias formadas por casais de mesmo gênero? Como estes valores incidem na formação de crianças e adolescentes no âmbito educativo formal?
- Pessoas podem ter seus direitos não reconhecidos por motivos que envolvam a sexualidade e suas **identidades sexuais**? Qual o papel da escola na promoção dos **direitos sexuais** das pessoas? Como a escola pode se transformar num ambiente mais livre, seguro e formador de cidadania, promovendo de fato a inclusão de todas as expressões da sexualidade?

GLOSSÁRIO

Direitos sexuais: São direitos que asseguram aos indivíduos a liberdade e a autonomia nas escolhas sexuais, como a de exercer a orientação sexual sem sofrer discriminações ou violência. Ver o texto “Direitos reprodutivos e direitos sexuais” na Unidade 2 deste Módulo.

Identidade sexual: Refere-se a duas questões diferenciadas: por um lado, é o modo como a pessoa se percebe em termos de orientação sexual; por outro lado, é o modo como ela torna pública (ou não) essa percepção de si em determinados ambientes ou situações. A identidade sexual corresponde ao posicionamento (nem sempre permanente) da pessoa como homossexual, heterossexual ou bissexual, e aos contextos em que essa orientação pode ser assumida pela pessoa e/ou reconhecida em seu entorno.

Sexualidade: Refere-se às elaborações culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais e corporais que compreendem desde o erotismo, o desejo e o afeto até noções relativas à saúde, à reprodução, ao uso de tecnologias e ao exercício do poder na sociedade. As definições atuais da sexualidade abarcam, nas ciências sociais, significados, ideais, desejos, sensações, emoções, experiências, condutas, proibições, modelos e fantasias que são configurados de modos diversos em diferentes contextos sociais e períodos históricos. Trata-se, portanto, de um conceito dinâmico que vai evoluindo e que está sujeito a diversos usos, múltiplas e contraditórias interpretações, e que se encontra sujeito a debates e a disputas políticas.

SEXUALIDADE, SOCIEDADE E POLÍTICA

UM HOMEM PODE SE SENTIR “MASCULINO” E MESMO ASSIM DESEJAR OUTRO HOMEM?
UMA MULHER PODE SE SENTIR “FEMININA” E MESMO ASSIM DESEJAR OUTRA MULHER?
ESSAS QUESTÕES DE SEXUALIDADE SÃO UM ASSUNTO PÚBLICO OU PRIVADO? LEIA O TEXTO
ABAIXO E DESCUBRA ALGUMAS IDÉIAS CORRENTES A ESSE RESPEITO.

É comum acreditarmos que o corpo – e, por extensão, a sexualidade – é o que temos de mais “natural” e particular. Ele aparece como uma fonte primordial da identidade de homens e mulheres enquanto pessoas de um sexo ou de outro. Hoje em dia, também reconhecemos mais facilmente que o desejo e a busca de prazer, assim como a necessidade de compartilhar intimidade e afeto, são inerentes aos seres humanos. Assim como estas necessidades dizem respeito à privacidade e ao bem-estar de cada indivíduo, sua expressão é constantemente sujeita à vigilância pública e precisa do reconhecimento coletivo para seu livre exercício, sendo de fato protegida pela Constituição Brasileira.¹ Todas e todos podemos reconhecer, em nossa própria experiência, as pressões sociais para que nossa sexualidade se realize conforme o que “naturalmente” se espera. A escola é um dos locais onde essas pressões se manifes

DICAS DE LEITURA

1. LOURO, Guacira Lopes. *Pedagogias da sexualidade*. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999
2. _____. *Gênero, sexualidade e educação*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004 (1. ed.: 1997).
3. BRITZMAN, Deborah. *O que é essa coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo*. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, jan./jul. 1996.

1. Artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, acessível em http://www6.senado.gov.br/con1988/CON1988_08.03.2006/art_5_.

tam mais visivelmente, por se tratar de um contexto privilegiado de aprendizado de pautas de convivência social e de desenvolvimento de habilidades, dentre elas, os modos de compreender a diversidade.

Um homem pode se sentir “masculino” e desejar outro homem. Uma mulher pode se sentir “feminina” e desejar outra mulher. Alguém que nasceu com atributos corporais masculinos e foi educado para “atuar como homem” pode se sentir “feminino” (ou vice-versa), a ponto de querer modificar seu corpo (...)

Os valores e os modelos de conduta produzidos na escola e transmitidos por ela, tanto por meio dos conteúdos da educação formal, como através da interação cotidiana com colegas, educadoras e educadores, encarnam todos os preconceitos e as desigualdades que são comuns na sociedade, legitimando-os pelo peso da instituição educativa e pela sanção coletiva da comunidade escolar. Guacira Lopes Louro observa que, embora não se possa atribuir à escola o poder e a responsabilidade de explicar identidades sociais ou de determiná-las de forma definitiva, é necessário reconhecer que “suas proposições, suas imposições e proibições fazem sentido, têm ‘efeitos de verdade’, constituem parte significativa das histórias pessoais”². Por exemplo, a idéia de que o desenvolvimento “normal” da sexualidade conduz à união de um homem e uma mulher, e de que qualquer outra alternativa representa um “problema” que pode ser “bem ou mal resolvido”. O desafio para educadoras e educadores é adotar um olhar reflexivo sobre esses preconceitos e as situações de desigualdades que eles geram, para ser capaz de abordar tais questões na sala de aula.

Como vimos no Módulo Gênero, é dado como pressuposto que quem tem pênis é “homem” e, portanto, deve se sentir “masculino” e se comportar como tal. Nessa mesma linha, quem tem vagina é “mulher”, deve se sentir “feminina” e se comportar como tal. O homem tem que desejar a mulher e a mulher, o homem. Somente o homem e a mulher podem se unir em casamento e formar uma família em que serão criados os futuros homens e mulheres, os quais, por sua vez, devem repetir todo o ciclo e, assim, reproduzir a sociedade. Isto corresponde ao que é considerado “certo” e “normal” pelo senso comum.

Porém, acontece – muito mais freqüentemente do que se imagina – que corpos, desejos, sentimentos e comportamentos não são convergentes e não correspondem necessariamente às expectativas do que é tido como “natural”, “certo” e “normal”. Um homem pode se sentir “masculino” e desejar outro homem. Uma mulher pode se sentir “feminina” e desejar outra mulher. Alguém que nasceu com atributos corporais masculinos e foi educado para “atuar como homem” pode se sentir “feminino” (ou vice-versa), a ponto de querer modificar seu corpo tornando-se tão mulher (ou tão homem) quanto quem teve esse gênero atribuído ao nascer.

Por que isso acontece? A sexualidade, ao contrário do que se pensa, não é uma questão de “instintos” dominados pela natureza ou apenas de impulsos, genes ou hormônios. Tampouco se resume às possibilidades corporais de vivenciar prazer e afeto. Ela é, sobretudo, uma constru-

2. LOURO, Guacira Lopes. *Pedagogias da sexualidade*. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p.21.

ção. A sexualidade envolve um processo contínuo, e não linear, de aprendizado e reflexão por meio do qual, entre outras coisas, elaboramos a percepção de quem somos. Esse é um processo que se desdobra em meio a condições históricas, sociais e culturais específicas. Nascemos dotadas e dotados de determinadas capacidades biológicas. Todo o resto se constrói e vai se formando ao longo da vida. Por isso, as expressões da sexualidade humana são tão diversas.

Biologicamente, costuma-se dividir a espécie humana em dois grupos: o do sexo feminino e o do sexo masculino. Segundo uma determinação genética, quem porta os cromossomos XX é considerado biologicamente “mulher”, e quem porta os cromossomos XY é considerado “homem”. Porém, casos de crianças com ambigüidade genital não são tão raros e envolvem grande ansiedade dos pais, da comunidade e dos cientistas quanto à definição do sexo e do gênero. Tais casos remetem às chamadas “cirurgias de correção”, bastante polêmicas.

No cotidiano escolar, a sexualidade está presente das mais variadas formas: nos pressupostos acerca da conformação das famílias, dos papéis e do comportamento de homens e mulheres; nos textos dos manuais e nas práticas pedagógicas; em inscrições e pichações nos banheiros e nas carteiras; em olhares insinuantes que buscam decotes, pernas, bragui-lhas, traseiros; em bilhetes apaixonados e recadinhos maliciosos; em brincadeiras, piadas e apelidos que estigmatizam os rapazes mais “delicados” e as garotas mais “atiradas” etc.

Além disso, nos últimos anos, questões como a epidemia do HIV-Aids e a gravidez na adolescência colocaram a sexualidade na ordem do dia da política educacional, bem como no conjunto de preocupações mais amplas da sociedade, como o direito à informação, por exemplo, ou a auto-estima, a solidariedade, a consideração para com o outro e o respeito às diferenças. A sexualidade também está no centro de grandes controvérsias contemporâneas que dizem respeito ao futuro das relações sociais de gênero, do casamento, da família, do direito das pessoas decidirem sobre seu corpo e sobre as maneiras de viverem e de exprimirem publicamente suas afetividades.

DICAS DE LEITURA

Paula Sandrine Machado. “Qui-
meras” da ciência: a perspectiva
de profissionais da saúde em
casos de intersexo. Disponível no
link: [http://www.scielo.br/scielo.
php?script=sci_arttext&pid=S0102-
69092005000300005&lng=pt&nrm
=iso69092005000300005&lng=pt&n
rm=isov.21,n.1,jan./jul.1996](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092005000300005&lng=pt&nrm=iso69092005000300005&lng=pt&nrm=isov.21,n.1,jan./jul.1996).

DICAS DE FILME

1. Transamérica, de Duncan Tucker (EUA, 2005), 103 min. Bree é uma mulher transexual e está pronta para completar a sua transição do gênero masculino ao feminino através de uma cirurgia de transgenitalização. Enquanto isso, ela descobre que é pai de um adolescente no outro extremo do país.
2. XXY, de Lucía Puenzo (Argentina, 2007), sobre um/a jovem intersex cujo pai apóia a sua escolha de não ser submetido/a a tratamentos médicos de normalização.

A NOÇÃO MODERNA DE SEXUALIDADE

SERIA A SEXUALIDADE ALGO INATO E QUE DEVE OBEDECER A UM CAMINHO “CORRETO”, “NATURAL” E “VERDADEIRO”? OU SE TRATA DE ALGO CONSTRUÍDO AO LONGO DA VIDA POR DIFERENTES PRESSÕES INTERNAS E EXTERNAS? LEIA O TEXTO ABAIXO PARA DESCOBRIR.

Sexualidade é o termo abstrato utilizado para se referir às capacidades associadas ao sexo. Mas o que exatamente “sexo” significa? Várias coisas ao mesmo tempo. A palavra pode designar uma prática – “fazer sexo” ou “manter relações sexuais com alguém” – assim como pode indicar um conjunto de atributos fisiológicos, órgãos e capacidades reprodutivas que permitem classificar e definir categorias distintas de pessoas – como “do mesmo sexo”, “do sexo oposto” – segundo características específicas atribuídas a seus corpos, a suas atitudes e a comportamentos, como já abordado neste curso.

Sexualidade é o termo abstrato utilizado para se referir às capacidades associadas ao sexo. Mas o que exatamente “sexo” significa? Várias coisas ao mesmo tempo.

Num sentido mais amplo, convivem na sociedade moderna uma visão positiva do sexo, que remete aos prazeres do corpo e dos sentidos, ao desejo e à sensualidade, e uma visão negativa, repressiva, que promove a disciplina e o controle social sobre a expressão do desejo. Por um lado, difunde-se a idéia de sexo como uma energia que provém de nosso corpo, como um impulso físico

Pensemos, por exemplo, na especulação pública associada antigamente aos “perigos” da masturbação e como a sexualidade tornou-se foco de políticas públicas em estreita relação com o controle das doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), no passado genericamente chamadas de “venéreas”.

1. Dica de música: uma visão da sexualidade como energia natural pode ser observada na canção “O que será (à flor da pele)”, de Chico Buarque. Link: http://www.mpbnet.com.br/musicos/chico.buarque/letras/o_que_sera_pele.htm

fundamental que exige satisfação.¹ Por outro lado, as sociedades têm inventado regras para manter o sexo sob fiscalização, desenvolvendo minuciosos mecanismos de vigilância e controle social, promovendo sentimentos de medo, ao associar diversas vivências da sexualidade à doença e ao perigo.

A família, a escola, a religião, a ciência, a lei e o governo esforçam-se para determinar o que é sexo, o que ele deve ser, ou mesmo para estipular quando, como, onde e com quem se pode fazer sexo. Quase sempre, essas prescrições são transmitidas e justificadas em nome de uma ordem universal e imutável, fundada em Deus ou na Natureza. Dessa maneira, como já analisamos no módulo sobre Gênero, encobre-se o fato de que tais regras, supostamente em concordância com a “verdade” profunda do sexo, são construções sociais.

Historiadores e cientistas sociais elaboraram a noção de sexualidade como uma construção de corpos, desejos, comportamentos e identidades que todas as pessoas desenvolvem durante suas vidas por meio da apropriação subjetiva das possibilidades oferecidas pela cultura, pela sociedade e pela história. A visão “construcionista”, abordada no Módulo I deste curso, assume que é extremamente difícil distinguir nos seres humanos o que se deve à biologia, de um lado, e à cultura, à sociedade e à história, de outro. Assim, por exemplo, do ponto de vista “construcionista”, o desejo homossexual ou a prática de relações homossexuais não implicam, por si só, a aceitação de uma posição social específica ou de uma determinada compreensão de si, nem tampouco a adoção de uma categoria explícita de identificação (como “gay”, “lésbica” ou “bissexual”). Não existe, deste ponto de vista, uma essência do homossexual ou do heterossexual que permaneça imutável através do tempo, mas variadas configurações de desejos, comportamentos sexuais, corpos e identidades em diferentes sociedades e momentos da história.

Vamos analisar o raciocínio por detrás de uma dessas prescrições básicas. Com quem se pode fazer sexo? Desde crianças somos ensinadas e ensinados que o modo “natural” de fazer sexo é através do relacionamento entre pessoas de “sexos opostos”, e não entre pessoas de “mesmo sexo”. Esta prescrição parte de uma conexão supostamente necessária de:

1. Ser biologicamente macho ou fêmea – ter os órgãos genitais e as capacidades reprodutivas apropriadas a cada sexo.
2. Incorporar uma **identidade de gênero** masculina ou feminina – ter a convicção interior de ser “homem” ou “mulher”, conforme os atributos, os comportamentos e os papéis convencionalmente estabelecidos para cada sexo, como já estudamos no módulo sobre Gênero.
3. Ter uma predisposição inata para a heterossexualidade como **orientação sexual** – eleger necessariamente pessoas do “sexo oposto” como objetos de desejo e parceiros de afeto.

A visão “construcionista”, abordada no Módulo I deste curso, assume que é extremamente difícil distinguir nos seres humanos o que se deve à biologia, de um lado, e à cultura, à sociedade e à história, de outro.

Tal raciocínio articula três questões distintas: 1. **o sexo biológico**; 2. a identidade de gênero; e 3. a orientação sexual. Estas questões são mescladas como se as três fossem, no fundo, manifestações de uma só coisa: a “sexualidade”, a suposta fonte interna e “natural” de nosso senso de identidade pessoal. Esse raciocínio leva a uma **naturalização** do intercurso genital entre homens e mulheres, que responde pela formação da família, ao reproduzir não só a espécie, mas também a vida social. Daí decorrem concepções igualmente naturalizadas a respeito do comportamento masculino e feminino, daquilo que pode ser considerado família e daquilo que é tido como legítimo em termos de desejos, sentimentos e relacionamentos. Um exemplo disso é a suposição de que o casamento só pode unir legalmente pessoas de “sexo oposto”, ou a de que o ideal para uma criança é sempre viver numa família composta por um pai e uma mãe, chamando o que foge a este modelo de “famílias desestruturadas”. De acordo com o IBGE, 30% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres.

É preciso insistir, que estamos falando de coisas distintas:

1. corpos, capacidades reprodutivas, diferenças fisiológicas entre homens e mulheres;
2. modos de ser masculino e feminino, senso de pertencer a um ou a outro gênero;
3. focos de sentimentos, atração, desejo e fantasias, apegos emocionais, vínculos interpessoais, relacionamentos fundamentais.

Não há, de fato, nenhuma razão “natural” para que estas diferentes questões estejam obrigatoriamente associadas. Como você já viu no módulo de Gênero, nascer com pênis ou com vagina, por si só, não faz ninguém ser “masculino” ou “feminino”, tampouco faz alguém ser, necessariamente, heterossexual ou homossexual. Esta suposta unidade de aspectos tão diversos é, na verdade, uma criação da cultura ocidental moderna.

A noção moderna de sexualidade foi a responsável por articular esse leque de diferentes possibilidades físicas, mentais e sociais, propiciando um trânsito contínuo entre o que seria, por um lado, uma “dimensão interior” dos sujeitos (seu senso profundo de identidade pessoal) e, por outro, a esfera social, cultural e política mais ampla – que diz respeito à organização da família e do parentesco, ou mesmo à divisão social do trabalho e ao estabelecimento de códigos morais e legais. Esta construção peculiar está tão presente no senso comum das sociedades modernas a ponto de fundamentar a classificação das pessoas, prescrevendo trajetórias e papéis sociais inescapáveis, sob o risco de serem consideradas “exceções” anormais, degeneradas, imorais ou, como ainda acontece em vários países, criminais.

GLOSSÁRIO

Identidade de Gênero: Diz respeito à percepção subjetiva de ser masculino ou feminino, conforme os atributos, os comportamentos e os papéis convencionalmente estabelecidos para homens e mulheres.

Naturalização: Refere-se aqui ao modo como idéias, valores e regras sociais (produzidos por homens e mulheres em contextos históricos) são transmitidos, justificados e adotados como se existissem independentes da ação humana, como se fossem imposições externas (“naturais”) que não podem ser evitadas, combatidas ou modificadas, sob o risco de alterarem essa ordem “natural” que garantiria a estabilidade e a reprodução da sociedade. Uma construção “naturalizada” é percebida como dado inquestionável da realidade, quando de fato as condições de ela ser considerada verdadeira são o resultado de um processo social.

Orientação sexual: Refere-se ao sexo das pessoas que elegemos como objetos de desejo e afeto. Hoje são reconhecidos três tipos de orientação sexual: a heterossexualidade (atração física e emocional pelo “sexo oposto”); a homossexualidade (atração física e emocional pelo “mesmo sexo”); e a bissexualidade (atração física e emocional tanto pelo “mesmo sexo” quanto pelo “sexo oposto”).

Sexo biológico: Conjunto de informações cromossômicas, órgãos genitais, capacidades reprodutivas e características fisiológicas secundárias que distinguem machos e fêmeas.

O CORPO E A SEXUALIDADE

SERÁ PERTINENTE A SUPOSIÇÃO DE QUE DEVA EXISTIR UMA CONEXÃO FUNDAMENTAL ENTRE O SEXO DO CORPO, A IDENTIDADE DE GÊNERO E A ORIENTAÇÃO SEXUAL? OU A NOÇÃO DE “CORPO” VAI ALÉM DAS INDICAÇÕES BIOLÓGICAS DE GENÉTICA E MORFOLOGIA? LEIA ABAIXO A POSIÇÃO DE CORRENTES CONTEMPORÂNEAS SOBRE O ASSUNTO.

Do ponto de vista que atribui à biologia a determinação da conduta humana, os corpos parecem fundamentar o sentido e a expressão dos desejos sexuais, porque seriam inequívocos, evidentes por si mesmos graças às suas especificidades anatômicas. O pressuposto defendido, neste caso, é o de que corpos sexuados, masculinos ou femininos, seriam estruturas universais que todos e todas compreendemos, sentimos, usamos e vivenciamos da mesma forma, independente de tradições culturais, da origem ou pertença a um grupo étnico-racial e da condição socioeconômica.

(...) o conceito de corpo inclui, além das potencialidades biológicas, todas as dimensões psicológicas, sociais e culturais do aprendizado pelo qual as pessoas desenvolvem a percepção da própria vivência.

A idéia de que o sexo é um impulso “natural” que provém do corpo faz parte da noção moderna de sexualidade. Como já vimos, o corpo não é simplesmente um dado da natureza, pronto e acabado. Ele é inconstante e dinâmico. Suas necessidades e seus desejos alteram-se com a passagem do tempo, com a mudança dos hábitos alimentares e de vida, com as doenças, com diversos cuidados e com as novas formas de intervenção médica e cirúrgica, entre outros.

Além disso, o corpo é mais do que uma coleção de órgãos. Ele é um todo integrado que sente, pensa e age. Uma distinção importante deve ser feita entre organismo, infra-estrutura biológica e corpo, já que este último refere-se ao processo de apropriação subjetiva de peculiares experiências, emoções, sentimentos, sensações de prazer e dor, acolhimentos, rejeições

ou mesmo das transformações físicas. Isto significa que o conceito de corpo inclui, além das potencialidades biológicas, todas as dimensões psicológicas, sociais e culturais do aprendizado pelo qual as pessoas desenvolvem a percepção da própria vivência.

A suposição de que a sexualidade se ancora no organismo reflete uma persistente preocupação social de explicar os fenômenos da vida humana como se fossem simples efeitos de forças e processos biológicos internos ou inerentes à espécie, quer dizer, efeitos dos hormônios, dos genes, dos cromossomos ou dos “instintos” de preservação e reprodução. É claro que não se pode negar a importância da fisiologia e da morfologia do corpo, pois são elas que dispõem as condições e os limites do que é materialmente possível em termos de sexualidade. Mas as condições biológicas não produzem, por si mesmas, os comportamentos sexuais, a identidade de gênero ou a orientação sexual. Elas formam um conjunto de potencialidades que só adquirem sentido e eficácia por meio da socialização e do aprendizado das regras culturais. Por isso, não existe um corpo universal, mas sim corpos marcados por experiências específicas de classe, de etnia/raça, de gênero, de idade.

Chamamos a sua atenção, desde o início desta unidade, para uma idéia poderosa que diz respeito ao modo como concebemos e vivenciamos a sexualidade em nossa cultura: a suposição de que deva existir uma conexão fundamental entre o sexo do corpo, a identidade de gênero e a orientação sexual. Argumentamos que a conexão entre estes aspectos não tem qualquer base “natural”, já que ela própria é uma construção social. Na sequência, falaremos um pouco mais das noções de identidade de gênero, orientação sexual e identidade sexual, e discutiremos seus significados, história e aplicações contemporâneas.

A sexualidade é um aspecto central do ser humano ao longo da sua vida e engloba sexo, identidade e papel de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é vivida e expressada em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. A sexualidade pode envolver todas estas dimensões, mas nem sempre todas são vivenciadas ou expressas. A sexualidade é influenciada por uma interação de fatores de ordem biológica, psicológica, social, econômica, política, cultural, ética, legal, histórica, religiosa e espiritual (Fonte: Organização Mundial da Saúde, Elaborando Definições de Saúde Sexual).²

(...) as condições biológicas não produzem, por si mesmas, os comportamentos sexuais, a identidade de gênero ou a orientação sexual. Elas formam um conjunto de potencialidades que só adquirem sentido e eficácia por meio da socialização e do aprendizado das regras culturais.

2. Dica de música: uma visão da sexualidade como energia natural pode ser observada na canção “O que será (à flor da pele)”, de Chico Buarque. Link: http://www.mpbnet.com.br/musicos/chico.buarque/letras/o_que_sera_pele.htm

IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL

A ESTA ALTURA, VOCÊ EDUCADORA OU EDUCADOR PODE ESTAR SE PERGUNTANDO: O QUE DETERMINA A ORIENTAÇÃO SEXUAL DE UMA PESSOA? É UMA OPÇÃO, UMA DOENÇA OU UMA ORIENTAÇÃO SOBRE A QUAL NÃO SE TEM CONTROLE? LEIA ABAIXO PARA SE FAMILIARIZAR COM AS OPINIÕES CORRENTES SOBRE O ASSUNTO.

Falamos em identidade de gênero para nos referirmos à maneira como alguém se sente, se identifica, se apresenta para si e para os demais e como é percebido/a como “masculino” ou “feminino” ou, ainda, uma mescla de ambos, independente tanto do sexo biológico quanto da orientação sexual.

A cultura ocidental moderna privilegia a diferença sexual como suporte primordial e imutável da identidade de gênero. Segundo este ponto de vista, as distinções anatômicas expressariam uma grande linha divisória que separaria homens e mulheres (...)

Já vimos neste curso que as convenções relativas ao gênero podem variar segundo a cultura, a classe social e o momento histórico. A cultura ocidental moderna privilegia a diferença sexual como suporte primordial e imutável da identidade de gênero. Segundo este ponto de

Os Princípios de Yogyakarta,¹ documento de referência internacional que vem sendo amplamente utilizado nas discussões sobre os direitos relativos à vivência da sexualidade, destacam: Compreendemos por identidade de gênero a profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos.

1. A íntegra dos Princípios de Yogyakarta pode ser consultada em português em: http://www.sxpolitics.org/mambo452/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=12&Itemid=2

vista, as distinções anatômicas expressariam uma grande linha divisória que separaria homens e mulheres, concebidos, nesses termos, como corpos, como sujeitos fundamentalmente diferentes e, assim, destinados a abrigarem e a desenvolverem emoções, atitudes, condutas e vocações distintas. Isto explicaria que a decisão de alguém de romper com essa suposta determinação do sexo biológico, compreendendo uma transição do masculino ao feminino ou vice-versa, cause escândalo e gere violência e perseguição.

A distinção radical e absoluta entre homens e mulheres coloca-se como parâmetro da normalidade no que se refere ao gênero, adaptando qualquer ambigüidade corporal e formando condutas coerentes com o ideal do casal heterossexual reprodutor. Homens “normais” devem sentir “masculinos”, e mulheres “normais” devem sentir “femininas”. Tudo aquilo que foge a esse parâmetro de normalidade tende a ser considerado “desvio”, “transtorno”, “perturbação”. Assim, homens afeminados, mulheres masculinizadas, **travestis** (pessoas cujo gênero e identidade social são opostos ao do seu sexo biológico e que vivem cotidianamente como pessoas do seu gênero de escolha), **transexuais** (pessoas que se identificam com um gênero diferente daquele que lhe foi imposto a partir do momento de seu nascimento, a ponto de muitas delas – mas nem todas – desejarem e efetuarem modificações corporais radicais, como no caso da cirurgia reparadora de mudança de sexo) e **intersexuais** (que apresentam sexo biológico ambíguo no nascimento) são exemplos de “desviantes” em relação à norma de gênero. As palavras “**transgênero**” ou “trans” são usadas por algumas pessoas para reunir, numa só categoria, travestis e transexuais como sujeitos que realizam um trânsito entre um gênero e outro.

O historiador Thomas Laqueur argumenta que as transformações políticas, econômicas e culturais ocorridas no Ocidente no século XVIII criaram o contexto para que se estabelecesse a visão contemporânea sobre os sexos, compreendendo-os como totalmente distintos. Segundo Laqueur, o ponto de vista que predominava até então, construía os corpos masculino e feminino como versões hierárquicas, mas complementares, de um único sexo: o corpo feminino era considerado uma versão inferior e invertida do masculino, mas era reconhecida a importância do prazer sexual feminino para que a reprodução fosse bem-sucedida. Seria no século XIX que essa visão viria a ser substituída por um novo modelo reprodutivo, que afirmava a existência de dois corpos marcadamente diferentes e de duas sexualidades radicalmente opostas, enfatizando o ciclo reprodutivo supostamente automático da mulher e sua pretensa falta de sensação sexual (Ver LAQUEUR, 2001).

A expressão “identidade de gênero” foi utilizada primeiramente no campo médico-psiquiátrico justamente para designar o que estas disciplinas consideravam “transtornos de identidade de gênero”, isto é, o desconforto persistente criado pela divergência entre o sexo atribuído ao corpo e a identificação subjetiva com o sexo oposto. Nos últimos anos, outros campos da ciência, bem como as próprias pessoas que se identificam como travestis, transexuais, trans-

gêneros, trans ou intersexuais, têm retomado esse conceito, seja para questionar a perspectiva que avalia tais variações como patologias, seja para reivindicar direitos relativos ao reconhecimento social da identificação com o sexo assumido pela pessoa, quando a aparência e os comportamentos são diferentes daqueles esperados para o sexo atribuído no nascimento com base nas características anatômicas²

Orientação sexual refere-se ao sexo das pessoas que elegemos como objetos de desejo e afeto. Hoje, são reconhecidos três tipos de orientação sexual: a **heterossexualidade** (atração afetiva, sexual e erótica por pessoas de outro gênero); a **homossexualidade** (afetiva, sexual e erótica por pessoas do mesmo gênero); e a **bissexualidade** (atração afetiva, sexual e erótica tanto por pessoas do mesmo gênero quanto pelo gênero oposto). O termo “orientação sexual” contrapõe-se a uma determinada noção de “opção sexual”, entendida como escolha deliberada e supostamente realizada de maneira autônoma pelo indivíduo, independente do contexto social em que se dá. Nossas maneiras de ser, agir, pensar e sentir refletem de modo sutil, complexo e profundo os contextos de nossa experiência social. Assim, a definição dos nossos objetos de desejo não pode resultar em uma simples opção efetuada de maneira mecânica, linear e voluntariosa.

Nossas maneiras de ser, agir, pensar e sentir refletem de modo sutil, complexo e profundo os contextos de nossa experiência social. Assim, a definição dos nossos objetos de desejo não pode resultar em uma simples opção efetuada de maneira mecânica, linear e voluntariosa.

Na cultura ocidental moderna, outra grande linha divisória, correlacionada à diferença sexual e ao gênero, foi estabelecida para distinguir as variadas expressões da orientação sexual. Isto se deveu, em parte, às conseqüências das teorias biomédicas ocidentais do século XIX, das quais se originou a **sexologia**. Tais teorias articularam a variedade de expressões da orientação sexual a determinadas constituições corporais, segundo preocupações políticas e morais da época, voltadas para identificar as “anomalias” e as “perversões” em termos de comportamento sexual.

Assim, aqueles e aquelas que sentiam atração por pessoas do mesmo sexo eram nomeados/as “homossexuais”, como se representassem um “terceiro sexo” e um tipo especial de personalidade. O termo “homossexualismo” foi utilizado posteriormente para indicar um tipo de patologia associada aos desejos e às práticas homossexuais. Atualmente, adota-se o termo “homossexualidade” para designar a orientação sexual para o mesmo gênero, orientação esta tida como uma das formas possíveis e legítimas de vivenciar a sexualidade, sem as conotações de doença, patologia ou anomalia que o termo “homossexualismo” sugere.

A filósofa norte-americana Judith Butler destaca o caráter compulsório da heterossexualidade e como este faz com que a cultura não admita um sujeito ser outra coisa além de um homem ou uma mulher, impondo também que a única forma legítima de amor e desejo sentidos por um homem esteja dirigida a uma mulher, e vice-versa. (BUTLER, 2003).

2. BRITZMAN, Deborah. O que é essa coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, jan./jul. 1996

O esforço de mapear as “anomalias” e de estabelecer categorias de identidade pessoal ligadas à orientação sexual levou à imposição da heterossexualidade como a orientação sexual “natural”, “saudável”, “normal”, desde que praticada entre adultos, sendo ela legitimada pelo casamento e associada à reprodução.

Esta **heteronormatividade** está na base da ordem social em que meninas e meninos são criadas/os e educadas/os; está no controle a que todas as pessoas são sujeitas no que diz respeito à sua identificação como homem ou como mulher. Enquanto as disposições coerentes em relação ao que é esperado do gênero masculino e do feminino são estimuladas e celebradas em meninos/as e adolescentes, as expressões divergentes desse padrão, assim como as amostras de afeto ou atração por pessoas do “mesmo sexo” são corrigidas. Esta ordem produz violência contra as/os jovens identificadas e identificados como gays, lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros, que são constantemente advertidas/os de que a sociedade não respeitará suas “escolhas”. A reprodução da norma heterossexista funciona também a serviço da reprodução da dominação masculina. A masculinidade se constrói tanto em oposição à homossexualidade, quanto à feminilidade: os meninos e os adolescentes são submetidos a um controle minucioso destinado a exorcizar qualquer sinal de atração por outros meninos, assim como qualquer atitude classificada como feminina.³

Você deve ter observado que, assim como ocorreu com a noção de identidade de gênero, as idéias que culminaram na noção contemporânea de orientação sexual e de homossexualidade foram inicialmente produzidas e utilizadas no campo médico-psiquiátrico. Mais tarde, essas idéias foram retomadas por outros campos do conhecimento, assim como por pessoas que se identificavam como homossexuais, para questionar seu viés patológico e para reivindicar o reconhecimento social da homossexualidade.

Desde 1974, a Associação Norte-Americana de Psiquiatria (APA) deixou de considerar a homossexualidade como distúrbio mental. A Organização Mundial de Saúde (OMS) não aceita que a homossexualidade seja considerada uma doença e, por isso, excluiu-a do Código Internacional de Doenças (CID). Em 1987, a APA aprovou que seus membros não usassem mais, como diagnóstico, códigos que patologizassem a homossexualidade. Em 1993, o termo “homossexualismo” foi substituído por “homossexualidade”. No Brasil, o Conselho Federal de Medicina retirou homossexualidade da condição de desvio sexual em 1985. No entanto, essas instituições ainda consideram a transexualidade e a travestilidade como doenças. Nesse sentido, persiste uma concepção patologizada da experiência de gênero que as pessoas “trans” desenvolvem. Por isso, existe uma forte mobilização internacional, por parte de especialistas e de várias forças sociais, para retirar a transexualidade e a travestilidade do CID e do Manual de Diagnóstico e Estatística (DSM) da APA.

(...) as idéias que culminaram na noção contemporânea de orientação sexual e de homossexualidade foram inicialmente produzidas e utilizadas no campo médico-psiquiátrico.

3. LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes, org. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 7-34

As principais associações científicas internacionais deixaram de classificar a homossexualidade como uma doença a partir dos anos 1970. Esse processo culminou no dia 17 de maio de 1990, quando a Assembléia Geral da Organização Mundial da Saúde – OMS retirou o termo e o conceito de “homossexualismo” de sua lista de doenças mentais, declarando que “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio, nem perversão”. No dia 22 de março de 1999, o Conselho Federal de Psicologia do Brasil estabeleceu, por meio da Resolução nº 001/99 as “Normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual”. Elas determinam que os psicólogos não devem exercer qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem devem colaborar com eventos e serviços que proponham “tratamento” e “cura” da homossexualidade.⁴

A posição vigente hoje, do ponto de vista científico e ético que sustenta o respeito por todas/os as cidadãs e os cidadãos, é a de que a vivência da sexualidade faz parte da identidade da pessoa e deve ser compreendida em sua totalidade. Ainda segundo este ponto de vista, homossexuais, bissexuais e pessoas trans têm as mesmas possibilidades e capacidades que heterossexuais para amar, estabelecer relações afetivas e criar filhos – o que equivale a dizer que essas práticas não podem ser questionadas em razão de sua **homoafetividade** ou da sua identidade de gênero.

(...) atualmente existe certo consenso entre as ciências de que não deve haver uma explicação causal simples para a orientação sexual. (...) é importante destacar que a divisão entre homo, hetero e bi não é mais que uma classificação.

A esta altura, você educadora ou educador pode estar se perguntando: o que determina a orientação sexual de uma pessoa? Há uma variedade de teorias biológicas, psicológicas e sociológicas sobre o assunto, mas não há, até agora, nenhum estudo conclusivo. Embora as especulações sobre uma determinação genética ou cromossômica da homossexualidade despertem bastante atenção hoje em dia – da mesma forma que já foram populares as teorias psicológicas sobre o “trauma de infância”, ou sobre a ausência de uma figura parental do mesmo sexo (o pai, no caso dos rapazes, e a mãe, no caso das garotas) – atualmente existe certo consenso entre as ciências de que não deve haver uma explicação causal simples para a orientação sexual. Entretanto, para além das hipóteses sobre as supostas origens da orientação sexual, é importante destacar que a divisão entre homo, hetero e bi não é mais que uma classificação – bastante arbitrária – que não deve limitar o variado leque de alternativas e a realidade fluida de afetos, desejos, experiências coletivas e possibilidades expressivas da sexualidade.

Uma outra possível indagação, suscitada por este texto, talvez seja: a orientação sexual de uma pessoa é algo que se consolida e se fixa definitivamente em um determinado período da vida? Em muitos casos, sim. Porém, não são raras as pessoas que se “descobrem” homossexuais na maturidade ou na velhice, freqüentemente em decorrência da pressão social sofrida no início e ao longo da vida afetiva, fazendo com que se unissem em relações heterossexuais na juven-

4. A íntegra da Resolução 001/99 do CFP pode ser encontrada em http://www.pol.org.br/legislacao/doc/resolucao1999_1.doc. Apesar disso, continuam a existir terapeutas e religiosos que prometem a cura da homossexualidade. Ver, a respeito, “Projeto contra homossexualidade mobiliza entidades”, em: <http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=11&infoid=117&sid=8>

tude, assumindo depois de certa estabilidade e independência a sua condição de homossexual. A orientação sexual, então, é uma escolha? Muitos cientistas e ativistas não consideram correto, hoje em dia, referir-se à homossexualidade ou à bissexualidade como “opções”, dado que, em se tratando de escolhas, seria mais fácil “optar” pela heterossexualidade, que é aceita como “normal”, ao invés de “optar” pela homossexualidade, que é discriminada e perseguida. O que se sabe é que a orientação sexual existe sem que a pessoa tenha controle direto sobre ela. Não se trata, portanto, de algo que se escolha voluntariamente ou se modifique segundo as conveniências.

Esta constatação tem conseqüências importantes para a experiência escolar. O processo de descoberta da homossexualidade pode acontecer de modo idêntico àquele em que meninas e meninos sentem os primeiros impulsos e paixões de caráter heterossexual. Porém, o que difere é que os jovens identificados como heterossexuais podem expressar sua orientação com tranqüilidade, enquanto os impulsos homossexuais precisam ser escondidos por questões de preconceito. Tanto quem se sente atraído por pessoas “do mesmo sexo” como quem não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer acabam tendo que enfrentar as violências cotidianas de colegas, educadoras e educadores e de toda uma ordem institucional organizada para negar a possibilidade de se viver em liberdade qualquer sexualidade fora da norma heterossexista.

O que se sabe é que a orientação sexual existe sem que a pessoa tenha controle direto sobre ela. Não se trata, portanto, de algo que se escolha voluntariamente ou se modifique segundo as conveniências.

GLOSSÁRIO

Bissexual: Pessoa que tem desejos, práticas sexuais e relacionamento afetivo-sexual com pessoas de ambos os sexos.

Heteronormatividade: Termo que se refere aos ditados sociais que limitam os desejos sexuais, as condutas e as identificações de gênero que são admitidos como normais ou aceitáveis àqueles ajustados ao par binário masculino/feminino. Desse modo, toda a variação ou todo o desvio do modelo heterossexual complementar macho/fêmea – ora através de manifestações atribuídas à homossexualidade, ora à transgêneridade – é marginalizada/o e perseguida/o como perigosa/o para a ordem social. Ver o texto “Homofobia e heterossexismo” nesta Unidade.

Heterossexualidade: Atração sexual por pessoas de outro gênero e relacionamento afetivo-sexual com elas.

Homoafetividade: Termo criado pela advogada Maria Berenice Dias para realçar que o afeto é um aspecto central também nos relacionamentos que fogem à norma heterossexual. Veja: <http://www.consciencia.net/2003/06/07/homoafeto.html>

Homossexuais: Homossexualidade é a atração sexual por pessoas de mesmo gênero e relacionamento afetivo-sexual com elas.

Intersexual ou “intersex”: É o termo geral adotado para se referir a uma variedade de condições (genéticas e/ou somáticas) com que uma pessoa nasce, apresentando uma anatomia reprodutiva e sexual que não se ajusta às definições típicas do feminino ou do masculino.

Orientação sexual: Refere-se ao sexo das pessoas que elegemos como objetos de desejo e afeto. Hoje são reconhecidos três tipos de orientação sexual: a heterossexualidade (atração física e emocional pelo “sexo oposto”); a homossexualidade (atração física e emocional pelo “mesmo sexo”); e a bissexualidade (atração física e emocional tanto pelo “mesmo sexo” quanto pelo “sexo oposto”).

Princípios de Yogyakarta: São princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e à identidade de gênero, preparados por uma comissão de eminentes especialistas em Direitos Humanos convocados pela Comissão Internacional de Juristas e pelo Serviço Internacional de Direitos Humanos, reunidos em Yogyakarta, Indonésia, em novembro de 2006. Estes Princípios tratam de um amplo espectro de normas de direitos humanos e de sua aplicação a questões de orientação sexual e identidade de gênero. Disponível em: http://www.sxpolitics.org/mambo452/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=12&Itemid=2

Sexologia: É a ciência que estuda problemas fisiológicos e psíquicos relacionados à sexualidade, geralmente associados, nesta disciplina, à idéia de um organismo potente, à existência de um impulso sexual “natural”, cujo destino “normal” seria a cópula heterossexual.

Transgênero ou “trans”: São termos utilizados para reunir, numa só categoria, travestis e transexuais como sujeitos que realizam um trânsito entre um gênero e outro.

Transexual: Pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. Homens e mulheres transexuais podem manifestar o desejo de se submeterem a intervenções médico-cirúrgicas para realizarem a adequação dos seus atributos físicos de nascença (inclusive genitais) à sua identidade de gênero constituída.

Travesti: Pessoa que nasce do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade. Muitas travestis modificam seus corpos através de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém vale ressaltar que isso não é regra para todas (Definição adotada pela Conferência Nacional LGBT em 2008).

ORIENTAÇÃO SEXUAL: DESEJOS, COMPORTAMENTOS E IDENTIDADES SEXUAIS

A ORIENTAÇÃO SEXUAL DE UMA PESSOA É UMA RELAÇÃO ENTRE SEU DESEJO, COMPORTAMENTO E IDENTIDADE. ASSIM, O “GAY EFEMINADO”, COMO A “LÉSBICA MASCULINIZADA” SÃO ESTEREÓTIPOS QUE NÃO TRADUZEM A REALIDADE DE MUITAS PESSOAS HOMOSSEXUAIS. LEIA O TEXTO PARA SE INFORMAR MELHOR SOBRE ESTE TEMA TÃO COMPLEXO.

É possível, por exemplo, praticar relações homossexuais sem se considerar “homossexual” ou “bissexual”, assim como sentir desejos homossexuais sem manter relações homossexuais.

Há atualmente certo consenso nas ciências a respeito de a orientação sexual ser composta por, pelo menos, três dimensões – desejo, comportamento e identidade – e que estes aspectos não caminham necessariamente da mesma maneira e na mesma direção.

Assim sendo, não se deve pressupor uma conexão direta e necessária entre o desejo que uma pessoa sente, o seu comportamento sexual e o modo como ela percebe a si mesma. As pesquisas conduzidas nos EUA pelo biólogo Alfred Kinsey desde o final dos anos 1940 já questionavam o alcance das categorias “heterossexual” e “homossexual” para dar conta da diversidade dos comportamentos encontrados. É possível, por exemplo, praticar relações homossexuais sem se considerar “homossexual” ou “bissexual”, assim como sentir desejos homossexuais sem manter relações homossexuais.¹

No Brasil, ainda encontramos um modo hierárquico de classificação de pessoas, a partir da sexualidade e do gênero, que distingue “homens” – tidos como socialmente masculinos e “ativos” no ato sexual (são os que supostamente só “penetram”) – e “bichas” ou “veados” – tidos como socialmente femininos e “passivos” (os que adotam um papel supostamente receptivo, ao serem “penetrados”).²

1. Para Kinsey, haveria uma gradação contínua na sexualidade humana, que iria desde a heterossexualidade exclusiva até a homossexualidade exclusiva, com uma ampla gama de variações. Para saber mais sobre Alfred Kinsey, ver o link: http://pt.wikipedia.org/wiki/Alfred_Kinsey. Sugestão de filme: *Vamos falar sobre sexo*, a respeito da vida de Alfred Kinsey e do impacto de suas pesquisas sobre o comportamento sexual de homens e mulheres norte-americanos.

*(...) não ouvimos
muitas pessoas
afirmando
“eu sou
heterossexual”,
pois este é o
grande modelo.*

No entanto, há também homens que fazem sexo com outros homens, às vezes por dinheiro ou por alguma outra forma de recompensa e que, independente do papel sexual que desempenham, se consideram simplesmente “homens”. Em certos ambientes da cena juvenil metropolitana contemporânea, namorar pessoas do mesmo sexo é uma possibilidade que não precisa implicar o compromisso com uma identidade sexual fixa (de “gay”, “lésbica” ou “bissexual”). Mesmo entre homens e mulheres que vivem a homossexualidade como um aspecto crucial e distintivo de suas vidas, podemos encontrar grande diversidade de nomeações, representações e identidades que dizem respeito a estilos de vida, preferências estéticas, imagem corporal, idade e geração, classe, religião, etnia/raça, gênero. Por exemplo, os termos “entendido” e “entendida”, que até a década de 1980 identificavam homens e mulheres como homo e bissexuais, porém de uso relativamente restrito, foram rapidamente substituídos, entre as novas gerações, por gay e lésbica, cujo sentido está hoje absolutamente generalizado e foi significativamente incorporado pela grande imprensa.

É importante distinguir os desejos e os comportamentos sexuais das **identidades sexuais**. Quando falamos em “identidade sexual”, nós nos referimos a duas coisas diferentes: 1. ao modo como a pessoa se percebe em termos de orientação sexual; e 2. ao modo como ela torna pública (ou não) essa percepção de si em determinados ambientes ou situações. Especificamente neste segundo sentido, as identidades podem ser escolhidas, e isso é possível que seja um ato político, pois homossexuais e bissexuais são considerados “desviantes” em relação à norma heterossexual, ou seja, não ouvimos muitas pessoas afirmando “eu sou heterossexual”, pois este é o grande modelo. Como vimos acima, a orientação sexual (homo, hetero ou bissexual) não é uma escolha livre e voluntária; porém, “assumir-se” como gay, lésbica ou bissexual, seja perante amigos e familiares, seja em contextos mais públicos, representa, em contrapartida, uma afirmação de pertencimento e uma tomada de posição crítica diante das normas sociais.

Certamente você já ouviu, em algum cantinho da sua escola, uma “fofoquinha” do tipo: “Você sabia que tal professor/a é gay ou lésbica? Sabia que a funcionária Fulana de Tal deixou o marido e foi morar com outra mulher?”. Quando acontecem situações como estas, não raras vezes as pessoas – antes queridas e admiradas – passam a ser isoladas pelos colegas que buscam se afastar da “anormal” homossexualidade. Gera-se, com isso, um clima de desconfiança e receios. Para alguns, pensar que muitas pessoas com as quais cruzam todos os dias podem ser homossexuais, e que algumas delas são seus amigos e amigas, colegas ou familiares, é a principal causa de desconforto e insegurança. É como se a sua própria orientação sexual estivesse sendo questionada.

2. Para saber mais sobre classificação e a hierarquia no imaginário gay brasileiro, veja a entrevista do antropólogo Peter Fry no site do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, disponível em <http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=11&infol=464&sid=43>

O tema da identidade sexual traz ainda outras questões: travestis, transexuais e intersexuais são homossexuais? Em alguns casos sim, em outros não. Estas categorias, como vimos, estão relacionadas principalmente a questões de identidade de gênero, ao desafio das normas sociais que ditam a percepção de si, a aparências e a condutas tidas como adequadas a “ser masculino” ou “ser feminina”. Identidade sexual, por sua vez, diz respeito ao modo como a pessoa se percebe e se expressa em termos de orientação sexual. Gênero e orientação sexual podem estar relacionados, mas não são a mesma coisa. Assumir-se como homossexual não deve fazer necessariamente que um homem se sinta menos masculino ou uma mulher menos feminina. Uma travesti que assume uma identidade feminina, ao se relacionar com homens é, a rigor, heterossexual. Um homem transexual (que nasceu com genitais femininos e assumiu uma identidade de gênero masculina) que se relaciona com mulheres é heterossexual; mas se ele se relaciona com homens, em verdade, ele é gay (homem homossexual). Estas identidades podem, ainda, mudar ao longo do tempo. Devido à hostilidade que as pessoas enfrentam ao desafiar as normas do gênero, é comum a descoberta da orientação sexual ser um processo lento e problemático. Por outro lado, a possibilidade de se libertar das restrições instituídas por essas normas pode fazer com que as pessoas percebam as inúmeras possibilidades de expressão do afeto e do erotismo e vivam sua sexualidade como algo mais fluido e menos sujeito a identidades e a classificações.

Identidade sexual, por sua vez, diz respeito ao modo como a pessoa se percebe e se expressa em termos de orientação sexual.

Vemos, assim, que a definição de categorias de identidade ligadas à constituição corporal, ao gênero e à orientação sexual é bastante diversificada e inscreve-se em uma hierarquia peculiar de valorização de determinados modelos de sexualidade, de um padrão “normal”, à custa da estigmatização, degradação e mesmo criminalização da diversidade sexual. Além disso, ela se articula de modo complexo com outras hierarquias, como a de gênero, a étnico-racial, a de classe, a de origem social. Nessas articulações, alguns comportamentos serão mais “suportados” do que outros. Por exemplo, ser gay com identidade masculina é mais tolerável que ser “gay afeminado”; ser afeminado e rico é mais tolerável do que ser gay e pobre; ser gay, pobre e branco é mais tolerável que ser gay, pobre e negro; ser gay e negro é mais tolerável que ser lésbica e negra. Muitas travestis sofrem múltiplas formas de discriminação e violência não só por serem classificadas como homossexuais, mas também pelo fato de serem pobres e, principalmente, por assumirem uma identidade de gênero que contesta o binarismo homem/mulher, colocando-se à margem da afirmação de uma identidade sexual única: são ambas as coisas e, ao mesmo tempo, nenhuma delas.

Por aí se articulam vários cruzamentos de discriminações, explicitando-se a intolerância e o desrespeito à diversidade. Essas hierarquias, no entanto, não formam um sistema absoluto e todo-poderoso. Há uma luta constante em torno do que é tido como moral, saudável, legítimo e legal em termos de sexualidade e gênero. Nessa luta, o Movimento Feminista, o Movimento Negro e as organizações de mulheres negras, e o **Movimento LGBT** têm sido importantes protagonistas.

Isto quer dizer que não somos simples receptoras e receptores passivas/os das normas sociais. Investimos na constituição de nossas biografias como pessoas coerentes e nos esforçamos para fixar nossas identidades. Porém, quando olhamos retrospectivamente, somos capazes de ver o quanto mudamos. Este requisito de coerência é também efeito das normas que classificam corpos e desejos como “normais” e desviantes. Os investimentos que fazemos sobre nossos corpos respondem, em grande parte, à imposição de critérios estéticos, higiênicos e morais dos grupos aos quais nos sentimos vinculados. Por meio do treinamento dos sentidos e das posturas corporais, de cuidados físicos, de roupas, de adornos e de odores produzimos marcas que usamos para nos identificar e para classificar os outros.

As normas sociais nos proporcionam um conjunto de orientações e referências como se fossem mapas ou roteiros. Tais mapas ou roteiros, no entanto, não são plenamente consistentes e coerentes entre si, pois retratam um mundo formado por afirmações e descrições que tantas vezes rivalizam-se e contradizem-se. Estas contradições ou situações de conflito entre diferentes esquemas de compreensão da experiência – e que carregam também aspirações pessoais – afloram de modo particular na vida dos/das adolescentes e jovens em idade escolar que estão transitando a agitação, as descobertas e os desafios das relações amorosas e das primeiras experiências de intercurso sexual, juntamente com ensaios de definição da própria identidade sexual.

Os modelos de identidade fornecidos pela família com base no par heterossexual, em que o marido é o provedor e a mulher a cuidadora, está sendo confrontado pela diversidade de arranjos familiares observados na sociedade contemporânea, influenciada pelo impacto dos divórcios, recasamentos, adoções e múltiplas formas de coabitação, sem falar das novas tecnologias reprodutivas (como a inseminação artificial, o congelamento de embriões etc.). A escola, por sua vez, transmite mensagens aparentemente claras que, no entanto, podem influenciar em diferentes direções. Os grupos de amizade, sobretudo na adolescência, costumam exercer forte pressão para a conformidade aos padrões sexuais dominantes, mas é também neles que brotam muitas experiências homoeróticas.³

A mídia, em suas múltiplas formas, costuma censurar imagens e expressões mais explícitas que fujam à norma heterossexual; entretanto, veicula imagens de corpos exuberantes e saudáveis em meio a mensagens suficientemente ambíguas capazes de estimular muitas possibilidades de desejo. Mesmo as religiões acham-se às voltas com as contradições entre o que os seus membros pregam e o que praticam, e se vêem obrigadas a também reavaliar seus pontos de vista sobre a sexualidade, haja vista os vários casos de abuso sexual e pedofilia envolvendo padres da Igreja Católica, levando a autoridade máxima desta religião a se pronunciar recen-

3. O vídeo “Medo de Qué” (produzido pela parceria ECOS – Comunicação em Sexualidade, Instituto Promundo, Instituto PAPAI e Salud Género, 2005) é um desenho animado sem palavras que focaliza bem o processo de descoberta de um garoto quanto à sua atração afetivo-sexual por rapazes, e o impacto que isto traz às relações à sua volta.

temente sobre o assunto nos Estados Unidos. Por outro lado, assim como a Igreja Católica e os movimentos evangélicos pentecostais persistem em diferentes formas de condenação da homossexualidade, existem religiões que acolhem fiéis sem questionar sua orientação sexual, como o candomblé, e ainda congregações da fé evangélica e grupos católicos cuja doutrina contempla a afirmação da diversidade sexual.⁴

Vemos, assim, que nossas identidades como homens, mulheres, heterossexuais, homossexuais, transexuais ou outras classificações são produtos de uma autodefinição que está longe de ser uma operação simples ou automaticamente derivada dos comportamentos, do desejo ou do organismo. As identidades sexuais e de gênero produzem-se em meio a arranjos dinâmicos de relações sociais e significados culturais. Elas podem ser mais ou menos duráveis, variando de caso a caso, e certamente estão sujeitas a uma variedade de contingências e influências. Como afirma Stuart Hall:

Ao invés de tomar a identidade como um fato que, uma vez consumado, passa em seguida a ser representado pelas novas práticas culturais, deveríamos pensá-la, talvez, como uma “produção” que nunca se completa, que está continuamente em processo e é sempre constituída interna e não externamente à representação (HALL, Stuart. *Identidade cultural e diáspora*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24, 1996, p. 68).

Isto quer dizer que, por um lado, as identidades sexuais não são a causa de determinados comportamentos, mas efeito de um peculiar regime de significação que privilegia a classificação das condutas sexuais, julgando quem se adapta ou foge da norma. Por outro lado, os arranjos sociais e subjetivos dos quais cada identificação deriva sempre conservam um importante grau de plasticidade e variabilidade na sua constituição. A distância entre as experiências classificadas como “homossexuais” e as correspondentes ao mundo da heterossexualidade pode ser tão grande quanto aquela encontrada entre diferentes trajetos e formas de desejo igualmente considerados “heterossexuais”.

DICAS DE LEITURA

1. Veja também uma reportagem acerca do significado da visita do Papa Bento XVI ao Brasil no panorama da política vaticana: http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3192&Itemid=2

2. Dica de leitura: NATIVIDADE, Marcelo. “Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 61, São Paulo, Anpocs/ Edusc. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-690920060002000-&lng=enem&nrm=iso&tlng=enem

4. Existem diversas iniciativas de acolhimento da diversidade sexual dentro do movimento evangélico e do catolicismo. Dica de site: <http://www.diversidadecatolica.com.br>. Dicas de leitura: CORAY, Joseph Andrew e JUNG, Patrícia Beattie (Orgs.). *Diversidade Sexual e Catolicismo*: para o desenvolvimento da Teologia Moral. São Paulo: Ed. Loyola, 2005. 337p.

Por exemplo, as questões relativas à sexualidade geralmente são abordadas, na escola e nas demais mensagens dirigidas às/aos adolescentes e jovens na sociedade, levando em consideração um trajeto no qual o erotismo conduz à consumação do encontro do casal heterossexual, reafirmando a norma que remete à sua potencialidade reprodutiva, tanto da espécie quanto dos valores dominantes. Assim, as diversas possibilidades que não se ajustam a esse modelo (homoerotismo, autoerotismo, reprodução independente e fora do casal heterossexual, transgênero, intersex, assim como o resultado das uniões consideradas “precoces”, como o caso da “gravidez na adolescência”) são ignoradas, silenciadas, marginalizadas ou ainda consideradas como “problema” a ser enfrentado.

Para além das valorações derivadas de convicções pessoais, é responsabilidade ética da comunidade educativa respeitar e promover o direito de cada pessoa viver, procurar sua felicidade e manifestar-se de acordo com seu desejo. Esta responsabilidade implica um trabalho de reflexão e aprendizado individual e coletivo, a partir de situações e novos conhecimentos que desafiem marcos consagrados de compreensão da sexualidade e do gênero.

GLOSSÁRIO

Identidade sexual: Refere-se a duas questões diferenciadas: por um lado, é o modo como a pessoa se percebe em termos de orientação sexual; por outro lado, é o modo como ela torna pública (ou não) essa percepção de si em determinados ambientes ou situações. A identidade sexual corresponde ao posicionamento (nem sempre permanente) da pessoa como homossexual, heterossexual ou bissexual, e aos contextos em que essa orientação pode ser assumida pela pessoa e/ou reconhecida em seu entorno.

Movimento LGBT: Movimento social e político que agrega diferentes sujeitos políticos – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – em favor de direitos de livre orientação sexual e de expressão das identidades de gênero. Atua através de intervenção no âmbito da legislação e da formulação de políticas públicas, bem como por meio de ações que procuram visibilizar essas população e suas demandas e desconstruir preconceitos fortemente arraigados no social. Ver nesta unidade o texto “O Movimento LGBT brasileiro: a questão da visibilidade na construção de um sujeito político”.

O MOVIMENTO LGBT BRASILEIRO:

A QUESTÃO DA VISIBILIDADE NA CONSTRUÇÃO DE UM SUJEITO POLÍTICO

VOCÊ CERTAMENTE JÁ OUVIU FALAR DAS PARADAS DE ORGULHO GAY. EM SÃO PAULO, PARTICIPARAM, DE ACORDO COM O REGISTRO DA PREFEITURA DESTA CIDADE, 3 MILHÕES DE PESSOAS NA PARADA DE 2007. COMO SURTIU ESSE MOVIMENTO GAY COM SUAS VÁRIAS SIGLAS? LEIA ABAIXO PARA SABER.

No seu livro *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*, a antropóloga Regina Facchini¹ divide as origens do movimento homossexual brasileiro em duas “ondas”, entre fins da década de 70 e os anos 1980.² Com antecedentes em mobilizações acontecidas em outros países desde fins da década de 1960, e a partir de redes de sociabilidade estabelecidas nas grandes cidades,³ os primeiros grupos militantes homossexuais surgiram no Brasil no final dos anos 1970, no contexto da “abertura” política que anunciava o final da ditadura militar. Aliada ao Movimento Feminista e ao Movimento Negro, aquela “primeira onda” do Movimento Homossexual continha propostas de transformação para o conjunto da sociedade, no sentido de abolir hierarquias de gênero e lutar contra a repressão sexual, fonte de autoritarismo e de produção de violência e desigualdade. Pertenceram a essa fase o grupo *Somos de Afirmação Homossexual*, de São Paulo, e o jornal *Lampião da Esquina*, editado no Rio de Janeiro, experiências seminais de organização política alternativa, que promoviam a reflexão em torno da sujeição do indivíduo às convenções de uma sociedade sexista, gerando espaços onde a diversidade sexual podia ser afirmada.

1. Facchini, Regina. *Sopa de Letrinhas?* : movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

2. Sobre o movimento LGBT no Brasil, ver entrevista da antropóloga Regina Facchini disponível em: <http://www.clam.org.br/publicar/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=21&infoid=260&sid=43>

3. Green, James. *Além do carnaval*: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

(...) o Brasil
é pioneiro
na resposta
comunitária e
governamental
à Aids.

A “segunda onda” do movimento homossexual no Brasil corresponde a um período de aumento da visibilidade pública da homossexualidade, na década de 1980, com a expansão de um mercado de bens e serviços destinado ao público homossexual e a chegada da epidemia da Aids. Foi nesse contexto que atuaram os grupos *Triângulo Rosa* e *Atobá*, do Rio de Janeiro, e o *Grupo Gay da Bahia*. O objetivo destes grupos, além das atividades comunitárias, era promover mudanças na sociedade e em diferentes níveis do governo que servissem para diminuir a discriminação contra os homossexuais. Interessava incidir nas ações de governo, na política partidária, no âmbito legislativo e em organizações da sociedade civil. Foi o *Grupo Gay da Bahia* que coordenou a campanha pela retirada da homossexualidade do Código de Classificação de Doenças do Inamps. Durante a Constituinte de 1988, foi do Grupo *Triângulo Rosa* a articulação do movimento homossexual para reivindicar a inclusão da expressão “orientação sexual” na Constituição Federal, no artigo que proíbe discriminação por “origem, raça, sexo, cor e idade” e no artigo que versa sobre os direitos do trabalho. Embora sem sucesso nessa instância, o combate a esse tipo de discriminação passou a ser incluído nas legislações de vários estados e municípios.⁴

Diante do crescimento dos casos de Aids e da demora em ser produzida uma resposta governamental, a exemplo da maioria dos países ocidentais, os militantes homossexuais foram os gestores das primeiras mobilizações contra a epidemia, tanto no âmbito da assistência solidária à comunidade, quanto na formulação de demandas para o poder público. No final dos anos 1980, o movimento homossexual cresceu como forma de solução para essa situação, tornando o Brasil pioneiro na resposta comunitária e governamental à Aids. Com base no acúmulo de experiência e no conhecimento e acesso à comunidade, os grupos passaram a coordenar projetos de prevenção financiados por programas estatais de combate à Aids, os quais permitiram que muitos se organizassem no formato de “organização não-governamental” (ONG). Houve um aumento do número de grupos e de tipos de organizações e a expansão do movimento por todos os estados do país.

Nos anos 1990 foram se diferenciando também grupos de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais, com foco em demandas específicas de cada um desses coletivos. Lembramos as reflexões promovidas neste Curso sobre os modos complexos com que se articulam gênero e orientação sexual e como eles se combinam com outros marcadores sociais, produzindo desigualdade. A epidemia da Aids afetou gravemente as comunidades transgênero e de “homens que fazem sexo com homens” (HSH). Os homens homossexuais conservam certas prerrogativas de gênero, negadas às lésbicas, que aproximam estas últimas do Movimento Feminista. Existem formas de violência de gênero que avizinham as experiências de mulheres lésbicas e bissexuais àquelas vividas por travestis, por exemplo. A prostituição representa uma questão

4. VIANNA, Adriana R. B.; LACERDA, Paula. *Direitos e políticas sexuais no Brasil: o panorama atual*. Rio de Janeiro: CLAM/IMS, 2004.

central na agenda política das organizações travestis. O fenômeno da segmentação dos grupos intensificou-se na segunda metade dos anos 1990, acompanhado pela multiplicação das siglas que representam demandas de reconhecimento de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Às vezes acusado de produzir uma “sopa de letrinhas”, como lembra Regina Facchini, “esse movimento é, sem dúvida, referência para pensar temas como diferença, desigualdade, diversidade, identidades”.

Nessa conjuntura também foi produzida uma maior articulação entre os grupos, através da celebração de encontros anuais de organizações ativistas que deram origem, em 1995, à Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). Hoje, treze anos depois, a ABGLT é uma rede nacional de 203 organizações, sendo 141 grupos de gays, lésbicas, travestis e transexuais, e mais 62 organizações colaboradoras voltadas para os direitos humanos e a Aids – a maior rede LGBT na América Latina.⁵ Além de um investimento sistemático de esforços no combate à Aids e variadas articulações com órgãos públicos, a ABGLT promove uma série de mudanças no âmbito legislativo e judicial, orientadas para acabar com diferentes formas de discriminação e violência contra a população LGBT, notadamente os projetos de lei 1151/95, de parcerias civis, e 122/2006, que criminaliza a homofobia.⁶

Um signo distintivo da fase atual do Movimento LGBT no Brasil é a conquista de visibilidade pública através das Paradas que acontecem nas principais cidades de todos os estados. As Paradas do Orgulho LGBT constituem talvez o fenômeno social e político mais inovador do Brasil urbano, unindo protesto e celebração e retomando, desse modo, as bandeiras de respeito e solidariedade levantadas pelos movimentos que reivindicam o direito à livre expressão da sexualidade como Direito Humano.

Em 2007 foram realizadas, segundo a ABGLT, 300 paradas em todo o país. Da maior delas, a Parada de São Paulo, participaram, de acordo com o registro da Prefeitura desta cidade, 3 milhões de pessoas. Com o apoio de prefeituras locais, de programas nacionais de Direitos Humanos e de combate à discriminação e à Aids, as Paradas do Orgulho LGBT são freqüentadas não só por gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, mas também por um alto número de “simpatizantes”, entre familiares, amigos e militantes de partidos e diversos movimentos sociais (de 10 a quase 40%, segundo dados colhidos na pesquisa feita pelo Centro Latino-Americano de Sexualidade e Direitos Humanos), sendo habitual ver famílias e pessoas de todas as idades participando do evento.⁷

5. Visite o website da ABGLT: <http://www.abgl.org.br/port/index.php>

6. Dicas de leitura sobre projetos de lei tramitados no congresso nacional:

(1) entrevista com o juiz federal Dr. Roger Raupp Rios: <http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=41&infoid=3162&sid=43> (2) entrevista com o Presidente da Associação Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros, Toni Reis:

<http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=21&infoid=3630&sid=43>

7. Os relatórios da pesquisa realizada em diferentes cidades do Brasil e na América Latina podem ser consultados em <http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=57&sid=75>

Em 2008, foi realizada a I Conferência Nacional LGBT com o tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais”. Ao debater como eixos temáticos Direitos Humanos, Saúde, Educação, Justiça e Segurança Pública, Cultura, Comunicação, Turismo, Trabalho e Emprego, Previdência Social, Cidades e Esportes, a Conferência Nacional, em consonância com as Conferências Estaduais, teve como objetivos: 1. Propor as diretrizes para a implementação de políticas públicas e o plano de promoção da cidadania e dos direitos humanos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais; 2. Avaliar e propor estratégias para fortalecer o Programa Brasil sem Homofobia. Os resultados desta Conferência histórica devem orientar também as nossas práticas educativas.

O COMBATE À DISCRIMINAÇÃO SEXUAL E DE GÊNERO

EXISTE DISCRIMINAÇÃO SEXUAL NA SUA ESCOLA? COMO DETECTAR? O QUE FAZER A RESPEITO? O TEXTO ABAIXO FORNECE ALGUMAS ORIENTAÇÕES NESSE SENTIDO.

A diversidade de orientação sexual e de identidades de gênero não deveria determinar a classificação das pessoas em diferentes categorias, pois esta classificação favorece a discriminação e ignora o caráter flexível do desejo humano. Em nossa sociedade, no entanto, o direito de existência e expressão das diferentes possibilidades da sexualidade não é plenamente respeitado.¹ Para os que se “desviam” da norma heterossexual restam poucas alternativas: ou o silêncio e a dissimulação, ou a humilhação pública, a segregação e a violência.² Ofensas, humilhações e ameaças dirigidas contra quaisquer manifestações ou sugestões de homossexualidade são um poderoso meio de pressão e controle nos grupos juvenis de amizade, especialmente entre rapazes, constituindo-se um dos veículos principais de disseminação cultural da **homofobia**.

Pessoas com desejos e comportamentos homossexuais são obrigadas a conter suas manifestações de afeto e ocultar suas relações amorosas, sob o risco de serem segregadas, insultadas ou agredidas. Muitas religiões condenam e perseguem homossexuais e bissexuais. Nega-se às pessoas que mantêm relações afetivo-sexuais com outras “do mesmo sexo” o direito ao casamento, à família e à criação de filhos.³ Considera-se que as pessoas com orientação bisse

1. Veja a matéria “Beijo proibido” sobre a repressão a duas garotas que se abraçavam e se beijavam no campus Leste da Universidade de São Paulo, em outubro de 2005. Disponível em: http://mixbrasil.uol.com.br/pride/pride2005/usp_zl/usp_zl.shtm

2. Dica de leitura, entrevista com a filósofa colombiana Maria Mercedes Gómez sobre discriminação e violência por preconceito: <http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=21&infol=3569&sid=43>

3. Países como Holanda, Bélgica, Espanha, Canadá e Reino Unido legalizaram o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Veja matéria sobre o casamento de gays brasileiros na Espanha: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u92568.shtml>

Para saber mais, veja: http://pt.wikipedia.org/wiki/Casamento_entre_pessoas_do_mesmosexo; e http://mixbrasil.uol.com.br/pride/pride2005/casamento_mundo/casamento_mundo.asp

Sobre o debate no Brasil em torno do projeto de Parceria Civil Registrada (PCR), veja os artigos “Casamento gay”, disponível em: http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=11&infol=374&sid=4

xual são imaturas, indecisas e representam alguma forma de perigo para as relações afetivas e para a saúde coletiva. Travestis e transexuais são agredidas/os e insultadas/os por sua aparência e comportamento, sua identidade de gênero é sistematicamente negada (por exemplo, nos documentos de identidade), são discriminadas/os em locais públicos e excluídas/os do mercado formal de trabalho, do ambiente escolar e da vida diurna.

A homofobia é um fenômeno largamente presente no ambiente escolar brasileiro. Muitas e muitos adolescentes e jovens relatam ter sido marginalizadas/os por educadoras/es ou colegas devido à sua sexualidade. Professoras/es e funcionárias/os também são vítimas deste tipo de discriminação. Pesquisas recentes⁴ revelam que é bastante alta a expressão de idéias e de imagens homofóbicas, bem como atitudes de intolerância para com a homossexualidade entre estudantes no ambiente escolar, notadamente entre os rapazes. Perante tais evidências, a contenção da homofobia começou a fazer parte do esforço de combate à discriminação, do respeito às diferenças e da valorização das diversidades na escola.

Atitudes discriminatórias contra as sexualidades consideradas desviantes entre as/os próprias/os estudantes são a contrapartida da vigilância que se exerce sobre as sexualidades consideradas “normais”.

O Programa Brasil sem Homofobia, do Governo do Brasil, propõe, a respeito do Direito à Educação, promovendo valores de respeito à paz e à não-discriminação por orientação sexual:

- *Elaborar diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e à não-discriminação por orientação sexual.*
- *Fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade;*
- *Formar equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia;*
- *Estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia;*
- *Apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores;*
- *Divulgar as informações científicas sobre sexualidade humana; Brasil Sem Homofobia 23- Estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação de GLTB.*
- *Criar o Subcomitê sobre Educação em Direitos Humanos no Ministério da Educação, com a participação do movimento de homossexuais, para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas.*

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília : Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://www.mj.gov.br/sedh/documentos/004_1_3.pdf

4. Na pesquisa realizada com participantes da Parada do Orgulho LGBT no Rio de Janeiro em 2004, 26,8% dos/as entrevistados/as relataram ter sido marginalizados/as por professores ou colegas de escola ou faculdade. Entre os jovens de 15 a 18 anos, esse percentual subiu para 40,4%. Mais dados sobre violência e discriminação homofóbica produzidos a partir das pesquisas realizadas nas Paradas LGBT podem ser encontrados nos seguintes endereços <http://www.clam.org.br/pdf/relatorioLGBT.pdf>, http://www.nuances.com.br/conteudo/conteudo_comp.php?id=12&area=artigos&menu=#noticias, <http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=312&sid=7>

Isto, sem dúvida, não está circunscrito à ação das/os estudantes. A invisibilidade da temática, por parte de educadoras e educadores e de todas as autoridades do sistema educacional, concorre consideravelmente para que essas violências se perpetuem. Os/as adultos/as não estão habituados/as a reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos que incluam a sexualidade. Existe uma grande ansiedade em relação a um tipo de educação sexual que leve crianças, adolescentes e jovens a aceitarem comportamentos que, para as convicções pessoais de muita gente, continuam sendo condenáveis, contrários ao desenvolvimento sadio, e que deveriam permanecer recolhidos à intimidade. Muita gente vê nisso uma ameaça à família, aos valores morais, à própria vida em sociedade. É preciso questionar esta visão, e refletir sobre como o silêncio em relação a situações de discriminação por preconceito e violência de gênero contribui para a reprodução de uma ordem desigual e injusta.

Há, por fim, quem tema os riscos que a exposição da intimidade possa trazer. Certamente, o direito à privacidade é um importante valor em nossa sociedade e, como tal, deve ser cultivado e respeitado. Não se trata de inquirir e nem de solicitar a ninguém que exponha em público sua intimidade. É nosso dever, no entanto, como educadores e educadoras e como cidadãos e cidadãs, combater as agressões, as ameaças ou as violências, mesmo quando estas acontecem nos espaços privados. É a partir da nossa intervenção que provocaremos as mudanças de valores em favor da construção de uma sociedade livre de discriminação sexual.

GLOSSÁRIO

Homofobia: Termo usado para se referir ao desprezo e ao ódio às pessoas com orientação sexual diferente da heterossexual. Ver o texto “Homofobia e heterossexismo” na Unidade 2 deste Módulo.

BIBLIOGRAFIA

- BENEDETTI, Marcos. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BRITZMAN, Deborah. O que é essa coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, jan./jul. 1996.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'. In: LOURO, Guacira Lopes, org. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 153-172.
- CARRARA, Sérgio; RAMOS, Sílvia, **Política, direitos, violência e homossexualidade**. Pesquisa 9ª. Parada do Orgulho LGBT Rio 2004. Rio de Janeiro, CEPESC, 2005.
- CORAY, Joseph Andrew; JUNG, Patrícia Beattie. **Diversidade cultural e catolicismo: o desenvolvimento da Teologia Moral**. São Paulo: Ed.Loyola, 2005. (Coleção Psicologia Aplicada).
- CORRÊA, Mariza. Fantasias corporais. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (Org.). **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 173-182.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. Natividade, Marcelo e Oliveira, Leandro de. **Práticas religiosas e percepção sobre diversidade sexual entre católicos e evangélicos: relatório de pesquisa**. Rio de Janeiro: NUSIM/PPGAS/MN/UFRJ; Brasília: PN-DST/Aids /Ministério da Saúde, 2008. (mimeo.).
- ECOS – Comunicação em Sexualidade. **Sexo sem vergonha: uma metodologia de trabalho com Educação Sexual**. São Paulo, 2001.
- FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**, Campinas, nº 17/18, p. 9-79, 2001/02.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: A vontade de saber**. Rio de Janeiro, Graal, 2003. v.1.
- FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, 1996.
- LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes, org. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 7-34.
- _____. **Gênero, sexualidade e educação**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da Abertura**, Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- MISKOLCI, Richard. Um corpo estranho na sala de aula. In: Anete ABRAMOWICZ; Valter Roberto SILVÉRIO. **Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeças da diversidade na escola**. Campinas: Papyrus, 2005, p.13-26.
- NATIVIDADE, Marcelo Tavares. Carreiras homossexuais no contexto do pentecostalismo: dilemas e soluções. In: **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 23, nº 1. p.132-152, 2003.
- PERLONGHER, Nestor. **O negócio do michê**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SIMÕES, Júlio Assis. Homossexualidade masculina e curso da vida: pensando idades e identidades homossexuais. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio, org. **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 415-447.
- WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: Guacira Lopes LOURO, org. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.37-82.

WEBIBLIOGRAFIA

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**. Entrevista ao site do Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos sobre identidade de gênero e transexualidade. Disponível em: <http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=11&infoid=586&sid=43> Acesso em: 24 jun. 2008.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de lei nº 1.151, DE 1995**. Disciplina a parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo e dá outras providências. Disponível em: http://www.arco-iris.org.br/prt/leis/c_leis_1151.htm Acesso em: 24 jun. 2008.

CONSELHO Federal de Psicologia. **Resolução CFP nº001/99, de 22/03/1999**. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Disponível em: http://www.pol.org.br/legislacao/doc/resolucao1999_1.doc Acesso em: 24 jun. 2008.

DIAS, Maria Berenice. Politicamente correto. **Consciência** [on line], 03 dez. 2002. Disponível em: <http://www.consciencia.net/2003/06/07/homoafeto.html> Acesso em: 24 jun. 2008.

FACCHINI, Regina. **Movimento homossexual em foco**. Entrevista ao site do Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos sobre o movimento LGBT no Brasil. Disponível em: <http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=21&infoid=260&sid=43> Acesso em: 24 jun. 2008.

FRY, Peter. **A hierarquia continua**. Entrevista do antropólogo ao site do Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos sobre classificação e hierarquia no imaginário gay brasileiro. Disponível em: <http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=11&infoid=464&sid=43> Acesso em: 24 jun. 2008.

MACHADO, Paula Sandrine. “Quimeras” da ciência: a perspectiva de profissionais da saúde em casos de intersexo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.20, n.59, p.67-80, out. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a05v2059.pdf> Acesso em: 24 jun. 2008.

NATIVIDADE, Marcelo. Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.21, n.61, p.115-132, jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n61/a06v2161.pdf> Acesso em: 24 jun. 2008.

UZIEL, Anna Paula, FERREIRA, Igor Torres Oliveira, MEDEIROS, Luciana Soares de et al. Parentalidade e conjugalidade: aparições no movimento homossexual. **Horiz. Antropol.**, [online], v. 12, n. 26, p.203-227, Jul./Dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n26/a09v1226.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2008

SITES PARA VISITAR

ABLGT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – <http://www.ablgt.org.br/port/index.php>

DIVERSIDADE CATÓLICA - <http://www.diversidadecatolica.com.br>

SUGESTÕES DE FILMES E VÍDEOS

BILLY ELLIOT. (Inglaterra) 2000. 110m. Tendo como pano de fundo a greve dos mineradores na Inglaterra, esta deliciosa comédia musical mostra o jovem Billy Elliot (o estreador Jamie Bell, numa fantástica interpretação) e a descoberta que deixou seu pai de cabelos em pé: sua inesgotável paixão pela dança!

Ao chegar na puberdade, Billy percebe que prefere a companhia das garotas nas aulas de balé - que ele freqüenta escondido - a lutar boxe, como os mais velhos querem.....

DESEJO PROIBIDO. (If The Walls Could Talk 2). EUA. 2000. 96 min. Três histórias sobre casais de lésbicas em diferentes épocas. Destacamos a primeira história - 1961: quando Abby morre, Edith, sua parceira, precisa silenciosamente encarar sua perda amorosa e a negação de sua posição como “família” pelo hospital e pelos herdeiros de Abby.

KINSEY – VAMOS FALAR DE SEXO (Kinsey). EUA. 2004. 118 min. Em 1948, o biólogo Alfred Kinsey abalou a conservadora sociedade americana ao lançar seu novo livro, uma ampla pesquisa, na qual levantou dados sobre o comportamento sexual de milhares de pessoas. O assunto, até então pouquíssimo abordado, passa a ser tema de debates e provoca polêmica na sociedade.

MEDO DE QUÊ? BRASIL. 2005. 18 min. Produzido e distribuído pela ONG ECOS. Desenho animado sem falas, sobre um adolescente que “descobre” seus desejos por rapazes e as reações que isso desperta.

MENINOS NÃO CHORAM. (BOYS DON'T CRY). EUA. 1999. 114 min. Baseado em fatos reais, este drama é uma adaptação da vida de Brandon Teena (Teena Brandon quando nasceu), uma jovem que escolheu viver como um rapaz e sofreu trágicas consequências por isso.

MINHA VIDA EM COR-DE-ROSA (Ma vie en rose). Bélgica. 1971. 90min. Trata da história de um garoto que se identifica com símbolos da feminilidade (roupas, maquiagem, enfeites, gestos, postura), tratando das tensões que isso provoca em sua família, nas relações de amizade e de vizinhança.

SEXO SEM VERGONHA. São Paulo. ECOS. 1991. 33min. Vídeo especialmente direcionado ao educador e à educadora que quer iniciar o trabalho de educação sexual em sala de aula. Apresenta as inseguranças e dificuldades dos educadores ao falar sobre sexualidade em sala de aula e traz dicas de como integrar o tema da sexualidade às diversas matérias da grade escolar. Trailer disponível em: <http://www.ecos.org.br/videos/sexosemvergonha.asp> Acesso em: 24 jun. 2008.

TRANSAMÉRICA. EUA. 2005. 103min. Bree é uma mulher transexual está pronta para completar a sua transição do gênero masculino ao feminino através de uma cirurgia de transgenitalização. Enquanto isso, ela descobre que é pai de um adolescente no outro extremo do país

VERA. BRASIL. 1987. 85 MIN. História de uma jovem que assume a identidade sexual masculina. Baseada na biografia de Sandra Herzer, A queda para o alto. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

X-SALADA E PÃO COM OVO. BRASIL. 2005. 20 min. Produzido e distribuído pela ONG ECOS. Apresenta diversas situações para debater os direitos dos adolescentes, que a maioria desconhece. Numa das situações, amigos em um bar observam um casal de homossexuais que chega de mãos dadas.

XXY. ARGENTINA. 2007. 85MIN. Filme de Lucía Puenzo. Sobre um(a) jovem intersex cujo pai apóia a escolha de não ser submetido(a) a tratamentos médicos de normalização. Trailer disponível em: <http://vejasaopaulo.abril.uol.com.br/red/traillers/xyy.html> Acesso em: 24 jun. 2008.

MÚSICAS

O QUE SERÁ (A FLOR DA PELE). Chico Buarque de Hollanda. Letra disponível em: http://www.mpbnet.com.br/musicos/chico_buarque/letras/o_que_sera_pele.htm